SUMÁRIO

Capítulo 1 – A Fazenda Pública no processo civil e a existência de benefícios processuais
1.1 O Direito Processual da Fazenda Pública ou Direito Processual Público – abrangência
1.2 Fazenda Pública – conceito
1.3 Os benefícios processuais da Fazenda Pública e sua legitimidade
   1.3.1 O princípio da supremacia do interesse público legitima regras processuais diferenciadas à Fazenda Pública?
   1.3.2 A constitucionalização do Processo Civil e as garantias constitucionais do processo
      1.3.2.1 A igualdade processual
      1.3.2.2 O acesso à Justiça
      1.3.2.3 O contraditório e a ampla defesa
      1.3.2.4 Prerrogativas ou privilégios?
1.4 A Advocacia Pública no Código de Processo Civil de 2015
   1.4.1 Intimação pessoal da Fazenda Pública

Capítulo 2 – Competência e a Fazenda Pública
2.1 Competência da Justiça Federal para ações relativas à Fazenda Pública federal
   2.1.1 Competência territorial
2.2 Competência territorial e de Juízos Especializados na Justiça Estadual

Capítulo 3 – A Fazenda Pública e os sujeitos do processo
3.1 A capacidade processual da Fazenda Pública
   3.1.1 A representação dos Estados e do Distrito Federal por meio de outra Procuradoria e os limites para essa atuação (artigo 75, § 4º)
   3.1.2 A citação da Fazenda Pública (artigo 242, § 3º)
3.2 A Fazenda Pública no polo passivo e a ocorrência de revelia
3.3 Intervenções de terceiros e a Fazenda Pública
   3.3.1 Denunciação da lide
   3.3.2 Intervenção anômala

Capítulo 4 – Os ônus financeiros da Fazenda em juízo
4.1 Os honorários da sucumbência
   4.1.1 Direito intertemporal: a partir de quando incidirá a nova regra de honorários nas ações em que for parte a Fazenda Pública?
4.2 Multas processuais
Capítulo 5 – Os benefícios de prazo em favor da Fazenda Pública

5.1 Prazos diferenciados para a prática de atos processuais – O CPC de 1973 e o CPC de 2015
5.2 O benefício de prazo do artigo 188 do CPC de 1973
5.3 O benefício de prazo do artigo 183 do CPC de 2015

Capítulo 6 – O reexame necessário

6.1 Natureza jurídica e constitucionalidade
6.2 Cabimento
   6.2.1 O julgamento antecipado parcial do mérito dá ensejo ao reexame?
6.3 Procedimento e recursos da decisão do reexame

Capítulo 7 – Medidas de urgência em face da Fazenda Pública

7.1 Vedações a medidas de urgência em face da Fazenda Pública
7.2 A estabilização da tutela antecipada antecedente e a Fazenda Pública

Capítulo 8 – Execução de quantia em face da Fazenda Pública

8.1 A especialidade procedimental
8.2 Características procedimentais
   8.2.1 Execução por título judicial
   8.2.2 Execução de título extrajudicial
   8.2.3 Execução provisória em face da Fazenda Pública?
8.3 Meios de satisfação ao exeuntente: precatório e requisição de pequeno valor
   8.3.1 As requisições de pequeno valor
      8.3.1.1 Parcelamento do valor da execução?
   8.3.2 O sistema do precatório
      8.3.2.1 Prazos para pagamento
      8.3.2.2 Meios executivos para a satisfação de precatórios em atraso
      8.3.2.3 Cessão e compensação de precatórios
   8.3.3 As ordens cronológicas para pagamento dos precatórios
   8.3.4 O regime especial decorrente da Emenda Constitucional n. 62

Capítulo 9 – Execução fiscal

9.1 Cabimento. A certidão de dívida ativa e os legitimados ativos
9.2 Legitimidade passiva
9.3 Competência
9.4 Procedimento
   9.4.1 A citação do executado
   9.4.2 Penhora
   9.4.3 Defesa do executado
9.4.4 Outros meios de defesa do executado
9.4.5 Suspensão da execução fiscal

Capítulo 10 – Mandado de segurança

10.1 Histórico e natureza
10.2 O direito líquido e certo
10.3 Prazo
10.4 Atos passíveis de mandado de segurança
   10.4.1 Atos administrativos
   10.4.2 Atos legislativos
   10.4.3 Atos judiciais
10.5 Legitimidade para o mandado de segurança
   10.5.1 Legitimidade ativa
      10.5.1.1 O falecimento do impetrante
   10.5.2 Legitimidade passiva
   10.5.3 A autoridade coatora
10.6 Procedimento
10.7 Recursos cabíveis
   10.7.1 Mandados de segurança de competência originária de juízos de primeiro grau
      10.7.1.1 Mandados de segurança de competência originária dos Tribunais
10.8 Coisa julgada
10.9 Desistência

Capítulo 11 – Incidente de suspensão da eficácia de decisões contrárias ao Poder Público

11.1 Conceito e previsões legais
11.2 Natureza jurídica
11.3 Legitimidade
11.4 Competência
11.5 Relação do pedido de suspensão com recursos em face da mesma decisão
11.6 Procedimento e recursos da decisão do incidente de suspensão
11.7 Duração da eficácia da decisão de suspensão
11.8 Extensão de efeitos da decisão de suspensão

Capítulo 12 – Ação popular

12.1 Conceito. Bens tuteláveis
12.2 Legitimidade
   12.2.1 Legitimidade ativa
   12.2.2 Legitimidade passiva
12.3 Atos passíveis de ação popular
   12.3.1 Atos legislativos
   12.3.2 Atos jurisdicionais
12.4 Competência
12.5 Procedimento
   12.5.1 A decisão inicial da demanda
   12.5.2 Resposta
   12.5.3 Desistência e abandono
   12.5.4 Sentença e coisa julgada
   12.5.5 Meios de impugnação
12.6 Execução da sentença

Capítulo 13 – A Fazenda Pública e os processos de inventário
   13.1 As modalidades de inventário previstas no Código de Processo Civil
   13.2 A atuação da Fazenda Pública estadual nos inventários

Capítulo 14 – Juizados especiais federais e da Fazenda Pública
   14.1 Os Juizados Especiais Federais
      14.1.1 Competência
   14.2 Partes
      14.2.1 Capacidade postulatória
   14.3 Procedimento
14.4 Sistema Recursal
   14.4.1 Atos decisórios nos juízos de primeiro grau
      14.4.1.1 Sentenças
      14.4.1.2 Recorribilidade das decisões interlocutórias?
   14.4.2 Mandado de segurança em face de decisão judicial proferida nos Juizados Federais e nos da Fazenda Pública
      14.4.2.1 Decisões das Turmas Recursais
14.5 Execução
14.6 Os Juizados Especiais da Fazenda Pública
   14.6.1 Competência
   14.6.2 Partes
14.7 Procedimento
14.8 Sistema Recursal
   14.8.1 Atos decisórios nos juízos de primeiro grau
      14.8.1.1 Sentenças
      14.8.1.2 Impugnação a decisões interlocutórias
      14.8.1.3 Decisões das Turmas Recursais
14.9 Execução
Capítulo 15 – A Fazenda Pública e os diversos meios de solução de conflitos

15.1 O acesso à solução justa e os diversos meios de solução de controvérsias

15.2 Os diversos meios de solução de controvérsias podem ser utilizados pela Fazenda Pública? A indisponibilidade do interesse público gera a indisponibilidade do processo judicial?

15.3 A Fazenda Pública e os negócios jurídicos processuais

15.4 Mediações e conciliações pela Fazenda Pública

15.4.1 A criação de câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos

15.4.2 A audiência de mediação ou conciliação e a Fazenda Pública

15.5 Arbitragem e a Fazenda Pública

15.5.1 Os óbices comumente levantados ao juízo arbitral envolvendo as pessoas jurídicas de direito público

15.5.2 O novo panorama decorrente da Lei n. 13.129/15

Referências